

NO PRINCÍPIO NÃO ERA O GÊNERO: BUSCANDO ALTERNATIVAS METODOLÓGICAS PARA O ENSINO FEMINISTA DECOLONIAL EM ARTES VISUAIS.

Clara Matias Barbosa ¹
Dra.Samira da Costa Sten ²

RESUMO

Este artigo assume como responsabilidade a práxis de uma educação feminista decolonial antirracista. Compreende-se, no entanto, a teoria feminista e o Ensino de Artes Visuais possuíntes de algumas limitações quando se acrescenta a essas dimensões a decolonialidade. Torna-se necessário elucidar esses problemas para a busca de alternativas teóricas, metodológicas a fim de superar essas limitações de ordem histórica-epistêmica-social no âmbito do ensino formal de Artes, expandido o entendimento para cosmopercepções num mundo pluriversal, sob outras perspectivas de organização social não ocidentalizadas. Utiliza-se o livro “*A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*” da pesquisadora nigeriana Oyèrónké Oyewùmí, como texto balizador para esses fins.

Palavras-chave: Ensino em Artes visuais; Ensino feminista decolonial; Estudos de gênero;

INTRODUÇÃO

Os eixos basilares deste artigo enraízam-se na proposta criativa da intelectual Lélia Gonzalez ao reposicionar geopoliticamente o continente de América Latina a Améfrica Ladina, como medida reparadora para representar verdadeiramente a construção sócio-histórica brasileira. Conectada ao sentido desse reposicionamento essa fundamentação guia-se em autoras que desvendam estruturas coercitivas e seus mecanismos de opressão, propondo outras alternativas para a possibilidade de uma práxis no ensino formal em Artes Visuais emancipadora, significativa para a realidade brasileira em questão.

Não abstendo-se no entanto das contradições muitas vezes encontradas por esses caminhos contra hegemônico, articula-se tais autores a fim de traçar caminhos emergenciais possíveis para superação. Elucidando conceitos iniciais, cita-se a intelectual feminista bell hooks em seu livro “*Teoria feminista da margem ao centro*” e a intelectual transfeminista

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Artes Visuais da Universidade Federal da Bahia - UFBA, claramatiasbarbosa@gmail.com;

² Doutora e Mestra em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo – Profa. da FACED/UFBA e coordenadora do Residência Pedagógica Artes Visuais, samirasten2102@gmail.com

Letícia Nascimento em seu livro *“Transfeminismo”* desvelando o movimento feminista e suas vertentes, a partir do pesquisador Luiz Rufino no livro *“Pedagogia das encruzilhadas”* define-se decolonialidade, já a pesquisadora nigeriana Oyèrónké Oywùmí com o livro *“A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero”* surge afim de romper com a narrativa ocidentalizada.

1.0 TEORIA FEMINISTA E SEU CARÁTER COLONIZADOR: DA LIBERTAÇÃO DAS MULHERES À UNIVERSALIZAÇÃO DO GÊNERO.

O movimento feminista surge da necessidade das mulheres se organizarem contra a estrutura patriarcal opressora. No início, o protagonismo dessa organização de luta se restringiu a um pequeno grupo de mulheres brancas cis heterossexuais que buscavam a libertação de suas gaiolas douradas. Sob uma perspectiva privilegiada, marcharam rumo ao alcance da liberdade burguesa elitista, racista que seus pares exerciam, deixando seus lares e filhos aos cuidados de suas empregadas mulheres negras exploradas. Esse movimento só foi possível graças a suas posições econômicas privilegiadas. Já para a maior parte das mulheres que segundo bell hooks (2019) viviam à margem, as teorias feministas pouco impactaram em suas vidas, por muito tempo, a luta pela libertação das mulheres passou a ser reduzida à igualdade de direitos num sistema capitalista liberal.

As teóricas feministas radicais, numa tentativa falha de explicar as desvantagens sociais da categoria mulher, atribuíram como justificativa a uma soma de características pré concebidas, definidas biologicamente ao nascer, mas precisamente as funções reprodutivas, determinando assim os privilégios sociais de uma categoria em relação a outra, esse entendimento se deu numa tentativa de estabelecer uma essência universal para uma suposta unificação da luta feminista, essa concepção vincula-se ao determinismo biológico. Como solução o feminismo radical propunha que as mulheres deixassem de exercer as funções reprodutivas, negassem as determinações biológicas de suas supostas naturezas femininas. Se por um lado esse pensamento provocou em algum nível as discussões sobre o direito reprodutivo da mulher, por outro limitou o avanço das discussões sobre gênero.

Surgindo assim o mito da mulher original: branca hetero cis magra sem deficiências, “ideal performativo a ser alcançado por todas as mulheres” (NASCIMENTO, 2021 p.26). Com a primeira onda do feminismo a mulher nessas definições assume o lugar de sujeita

do feminismo “logo as demandas dessa mulher passam a ser universalizadas e entendidas como demandas de todas as mulheres” (NASCIMENTO, 2021 p.27). Existe no entanto desde o começo do movimento no século 19 e início do século 20, reivindicações *outras* em disputa como as demandadas e participação de mulheres negras, mas a partir do controle colonialista sob a única narrativa, impõe-se linearmente no início da historiografia feminista a compreensão equivocada da centralidade de pautas trazidas apenas por feministas brancas cis heterossexuais suprimindo o todo, este tornando-se *resto*.

O conceito de gênero só é cunhado teoricamente nos meados do século 20, trazendo a concepção de feminilidade como uma construção sócio-histórica, expandindo a percepção para as muitas possibilidades de experiência na construção do ser mulher, pluralizando as sujeitas do feminismo numa tentativa de desuniversalização da categoria mulher. Teóricas feministas trataram de desnaturalizar a categoria mulher ligada primordialmente ao determinismo biológico, apontando a construção social portanto cultural da mulher, compreendeu-se assim sexo (biológico) – gênero (cultural) como concepções distintas participantes de um mesmo sistema sexo/gênero “é uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a *sexualidade biológica* em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN,1993 p.3).

Assim, mesmo mantendo o conceito de gênero fincado numa suposta natureza biológica do sexo, houve contribuições significativas ao compreender gênero “produto da atividade histórica humana e considerar que são os sistemas sociais que criam o sexismo e o gênero” (NASCIMENTO,2021, p.32). No entanto, o entendimento da categoria analítica de gênero dissociado e sob as bases biológicas do sexo, traz profundas limitações. As teorias desenvolvidas a partir dessa perspectiva estão vinculadas ao fundacionismo biológico, onde o sexo/corpo – macho/fêmea é biologicamente pré concebido, a partir daí construindo-se comportamentos culturais, modos de ser, correspondendo a uma categoria fixa – homem e a uma *outra* categoria hierarquicamente inferior e oposta a primeira – categoria mulher. A categoria mulher não pode ser pensada como singular, fixa, abstrata, homogeneizando as experiências de violências vividas frente à estrutura patriarcal, sem como consequência a invisibilização de muitas sujeitas. “As vertentes universalizadas essencialistas não oferecem condições concretas de análise crítica da realidade social vivida pelas mulheres” (NASCIMENTO,2021 p.34).

Bell hooks (2019) reivindica a amplitude analítica das mulheres marginalizadas, sobretudo mulheres negras, a partir da interseccionalidade, ferramenta metodológica analítica,

cruzando os marcadores raça, classe, gênero, território numa perspectiva anticapitalista, dando ao movimento feminista caráter revolucionário, centrando pautas realmente condizentes à realidade da maioria das mulheres ocidentais, partindo do entendimento de que a estrutura patriarcal não estabelece homogeneidade de privilégios a categoria homem, pois esses também são atravessados por tais marcadores. O movimento feminista cunhado pelas intelectuais negras, responsável atualmente pela maioria das políticas públicas em favor da mulher, segundo hooks (2019), falha ao atingir transformações concretas na sociedade ocidental, para tanto precisa se tornar um movimento político acessível às massas. A autora afirma:

Resistimos ao domínio hegemônico no pensamento feminista se o encarmos como uma teoria em formação que necessariamente precisa ser criticada, questionada, reexaminada e confrontada com novas possibilidades (HOOKS, 2019. p. 39)

Alicerçando-se na condição não essencialista de um feminismo contra-hegemônico, pode-se traçar a contraponto o domínio colonial- neocolonial, universalizador estabelecido na maioria das teorias feministas a serem legitimadas e popularizadas, as quais impõem o gênero como gênese. Ou seja, a generificação como processo natural em toda sociedade, contribuindo assim para a hegemonia epistêmica ocidental, implicando numa impossibilidade dialógica entre feminismo e decolonialidade.

1.1 ESTRAÇALHANDO AS TECNOLOGIAS DE GÊNERO.

A necessidade de superar os limites estabelecidos pelo determinismo e fundacionismo biológico nos estudos de gênero descritos acima, torna-se imprescindível para a desarticulação das tecnologias de opressão. Superar o discurso da diferenciação sexo/gênero-natureza/cultura, compreendendo equivocadamente “o gênero como cultural e o sexo como limite imposto pela natureza que a cultura só poderia transpassar, operar, mas nunca produzir”(NASCIMENTO,2021p.38) ou a essencialização de uma suposta natureza da mulher ligada a diferenciação sexual, possibilita a visibilização de sujeitas que partilham outras formas de violência dessa mesma estrutura machista/sexista como para compreendermos o gênero como tecnologia de poder que não só modifica a natureza como a produz.

A insistência em manter as diversas mulheridades e feminilidades, como categoria fixa binária – mulher universal cisgênera- encerrada em essência de acordo como a estrutura hegemônica generificada impõe sob ideologia, num pretense discurso de luta por garantia de direitos em nome de todas soa, no mínimo, enganosa, iguala-se em violência, e prenuncia o fim do feminismo como um movimento significativo contra-hegemônico. Como elucida a teórica Letícia Nascimento (2021 p.40) “tal binarismo mantém o sexo como uma verdade que

determina os nossos corpos”. Por outro lado, a compreensão do gênero como performance e processo que produz/ materializa corpos, possibilita a ruptura da ideia de mulher como sujeita única do feminismo, como elucida ainda a autora:

Desse modo emerge, por exemplo, a categoria travesti em suas diversas expressões, desde travestis não-binárias, mulheres travestis ou apenas travestis, como possibilidades de autodeterminação de nossas experiências de *outriedades*[...] o transfeminismo reconhece que muitas performances e experiências não escritas dentro do termo “mulheridades” possam ser parte do feminismo, como as que se reconhecem dentro das travestilidades (travestigeneridades). (2021 p.42-43)

As transfeministas e os estudos queers, ao recusarem a binaridade imposta pela colonização de gênero dentro do CISTema de sexo-gênero-desejo, a partir de suas existências diversas, poder de autodeterminação, produções teóricas, promovem o estraçalhamento da lógica de opressão do CISTema de gênero normativo. Considerando o gênero original um ideal inalcançável infligidor de violências constantes, revela-se as muitas experiências de mulheridades e feminilidades cis dentro do sentido de *outriedades* como sendo cópias de cópias “é preciso compreender que as mulheres transexuais e travestis se fazem num processo de repetição subversiva”(NASCIMENTO,2021 p.60). Faz-se ainda importante questionar “quem pode tornar-se mulher?” como a própria autora indaga, denunciando a marginalização das corporalidades não só de mulheres transexuais, travestis, como qualquer existência que rompa com o CISTema normativo, sendo relegada a precarização, ao não lugar.

Para além das mulheridades e feminilidades, as travestigeneridades como categoria de gênero subversiva autônoma contribui enormemente para o estraçalhamento dessas tecnologias de controle coloniais, que operam seus ideais em perspectivas binárias fixas. Compreende-se também como será mais detalhadamente explicado na próxima seção, como estratégia política a reivindicação dentro das estruturas ocidentais, nesse caso a performance de gênero, relaciona-se diretamente a legitimidade social enquanto sujeitos, culminando em acesso e direitos, ou seja, para existir é necessário acima de tudo ser visto a partir dessas estruturas, afinal na lógica ocidental, *quem não é visto não é lembrado*.

2 NO PRINCÍPIO NÃO ERA O GÊNERO: EXPANDINDO PARA OUTRAS COSMO- PERCEPÇÕES.

O norte ocidental exerce um domínio político, econômico, cultural em outras partes do mundo, esse domínio constrói-se através de *bio-lógicas*. Isto é a utilização da biologia como

ideologia para organização do mundo social (OYEWÙMÍ, 2022). O corpo nessa ordem cumpre um papel estritamente social de estabelecer as diferenças necessárias como base para classificação social, a partir da definição de marcadores como raça - gênero os quais retroalimentam sistemas de controle como o racismo-sexismo. A generificação como primordialmente é posta gera automaticamente a categoria homem e a categoria mulher, se relacionando em posições sempre opostas e hierárquicas construídas socialmente.

Na lógica ocidental, estabelece-se ainda uma hierarquia de sentidos, sendo a visão o sentido superior aos demais, ligado diretamente à racionalidade, base para a construção de todo conhecimento político-filosófico ocidental, arquitetado de forma a invalidar todas as outras possibilidades de organização cultural, investindo numa narrativa narcísica, platônica de levar a salvação em forma do conhecimento verdadeiro, superior - *aos outros* - povos “perdidos dentro da caverna” para mascarar seu projeto de dominação - desumanização.

Oyèrónké (2022) alerta para o entendimento de que muitas dessas culturas seguiam outras lógicas de organização, fazendo o recorte para a sociedade Iorubá do sudoeste da Nigéria, afirmando que a cultura Oyó em sua dinâmica social no período pré-colonial, o corpo não desempenhava um papel determinante nas práticas sociais como no ocidente. A exemplo, nenhuma das categorias sociais utilizadas para organização dessa cultura possuíam especificidade de gênero, obedecendo como princípio organizacional a senioridade, baseada na idade cronológica.

2.1 ESSE CASO NÃO É DE VER PARA CRER.

O corpo desenvolve papel central no ocidente, se por um lado os discursos de dominância masculina esgotam o social na biologia, por outro o feminismo tenta homogeneizar as distintas corporalidades, assumindo-as totalmente como construção social, nas duas perspectivas o corpo essencializado ou construído ocupa um lugar determinante na estrutura social ocidental. Faz-se importante a seguinte indagação: as distintas corporalidades existentes precisam necessariamente consolidar-se como eixos determinadores de papéis nas construções sócio-culturais?

Oyèrónké (2022) ao resgatar a organização social e instituições da Velha Oyó, provando que na construção social o gênero sob qualquer vertente de análise não existia como princípio organizador responde essa indagação. No entanto, a partir da invasão colonial imposta em

África, principalmente a partir das pesquisas desenvolvidas por pesquisadores ocidentais, que observavam as dinâmicas sociais em Oyó pelo modelo de produção de conhecimento ocidental, o gênero foi sendo imprimido na construção sócio histórica dessa cultura a partir do domínio epistemológico eurocêntrico, culminando numa distorção da cosmologia e instituições. A exemplo a autora cita os prefixos *okúnrin* e *obínrin* que assumem em muitas traduções equivocadas o significado das categorias homem – mulher, quando são utilizados apenas para diferenciar características anatômicas, não sendo categorias binárias e opostas. Assim elucida a autora:

Eles se referem, então, às diferenças fisicamente marcadas e fisiologicamente aparentes entre as duas anatomias. Eles não se referem a uma categoria de gênero que denotam privilégios e desvantagens sociais. Além disso, não expressam dimorfismo sexual porque a distinção que indicam é específica para questões de reprodução. (OYEWUMÍ, 2022 p.73)

Nota-se que a cosmologia Iorubá Oyó, principalmente na velha Oyó não se utilizam de bio-lógicas para sua organização social, tão pouco ignoram distinções anatômicas, mas essas distinções não possuem grande importância fora das questões reprodutivas. As distinções do corpo nessa cultura não se consolidam como eixos determinadores de papéis sociais. Perceber essas possibilidades de ser, saber, estar de outras organizações culturais, que não a ocidental hegemônica, propicia o reposicionamento epistêmico necessário a América Latina e são fundamentais para compreendermos como as tecnologias de controles a partir de seus marcadores inferem diferentes formas de violência, mas são passíveis de desarticulação, para tanto a decolonialidade ganha importância significativa no processo.

Em sua definição a decolonialidade emerge como um movimento anti-colonial, partindo do entendimento que o norte ocidental se constitui numa matriz colonial de poder, promovendo a dominação do ser, saber e poder. Inicialmente, através do processo histórico colonial das grandes navegações, subjugando culturas e saberes, posteriormente com a pseudo independência dessas nações, essa dominação consolida-se como neocolonial através da exploração indireta e hegemonia epistêmica.

Essa matriz hegemônica neoliberal, possui vários sistemas estruturais de violência (ex: racismo, sexismo, lgbtphobia, classicismo), utilizados como sistemas de controle para manutenção da desigualdade que alimenta toda essa engrenagem. Segundo Rufino (2019) a decolonialidade só acontece quando para além da denúncia da engrenagem dominadora, há a ação em sentido contrário, promovendo a visibilização de culturas subjugadas, a partir do rompimento com a lógica da única narrativa ocidentalizada imposta pela matriz norte global,

expandindo a percepção para a condição de um mundo pluriversal, alertando para o perigo de discursos e teorias universalizadas de existências.

METODOLOGIA

As considerações metodológicas a baixo, vem orientando a práxis em andamento, desenvolvida no Programa Residência Pedagógica em Artes Visuais pela Universidade Federal da Bahia, o programa possui o objetivo de através da formação profissional, possibilitar a construção da identidade docente num estágio com pesquisa, inserido na realidade da comunidade escolar, no processo de percepção da realidade e cognição para a construção de significado sobre a docência, num movimento de ação - reflexão para a formação de uma estrutura de pensamento profissional, apresenta-se brevemente apontamentos de uma residente em formação

Considerou-se as principais abordagens metodológicas em desenvolvimento a partir de sequências didáticas, no Colégio Estadual Polivalente San Diego sob a perspectiva de um ensino em artes visuais feminista - decolonial afim de buscar soluções metodológicas-curriculares emergenciais para as limitações dialógicas encontradas de ordem histórica-epistêmica- social ao articular Ensino em Artes Visuais- feminismo-decolonialidade. No entanto, centra-se em considerações sobre as abordagens metodológicas feministas-decoloniais da práxis em andamento, de forma crítica faz-se o levantamento das principais abordagens imersas nessa práxis, como também a explicação da sequência didática elaborada e em processo.

RESULTADO- CONSIDERAÇÕES DE UM ENSINO FEMINISTA DECOLONIAL EM ARTES VISUAIS

Pensar desdobramentos possíveis de um ensino feminista decolonial justamente na linguagem da arte supostamente incumbida por representar exclusivamente os processos artísticos centrados na visualidade, apresenta-se como um desafio coletivo a ser questionado por muitas mentes. Percebe-se o campo das artes visuais não como fixo ou determinado, mas, aberto a possibilidades de transformação e múltiplos sentidos. A retomada ao processo de construção das metodologias de ensino em artes visuais vigentes até então, a fim de questionar seu eixo epistêmico balizador, como também a aproximação do ensino com pedagogias decoloniais existentes, surge como caminhos possíveis.

A práxis do atual ensino em artes visuais parte muitas vezes da única narrativa hegemônica, que promove a hierarquização do sentido da visão-racionalidade de forma acrítica, num processo institucional primordialmente elaborado para formação subjetiva de sujeitos atuantes na sociedade. Articular o ensino em artes visuais como possibilidade de ruptura com modelos de pensamentos ocidentais eurocêntricos como verdade, modo de existir universal, trazendo outras possibilidades de abordagens metodológicas as dimensões práticas do ensino, fomentando a elaboração de um repertório artístico que traga como referência trabalhos que denunciem essas estruturas de controle colonialistas, também são caminhos possíveis.

Percebe-se a urgência em questionar o papel da bio-lógica na construção socio-cultural do ocidente, como um processo crítico a ser construído em sala para daí mediar outras possibilidades de organizações socioculturais e cosmopercepções, de modo a deslocar o aluno das supostas verdades universais que limitam a compreensão de sua realidade *amefricana*, rompendo com um currículo turístico estereotipado (SANTOMÉ, 2009). O questionamento aos papéis de gênero pré-concebidos socialmente também faz-se necessário.

Já a interseccionalidade, como teoria, metodologia e instrumento prático, proposta por intelectuais do feminismo negro, aplicada a práxis pedagógica em Artes, instrumentaliza a mediação docente, possibilitando o desenvolvimento da sensibilidade analítica necessária para evitar proposições didáticas excludentes/universalizadoras. Segundo Akotirene (2018) a interseccionalidade:

Recomenda-se, pela interseccionalidade, a articulação das clivagens identitárias, repetidas vezes reposicionadas pelos negros, mulheres, deficientes, para finalmente defender a identidade política contra a matriz de opressão colonialista, que sobrevive graças as engrenagens do racismo cisheteropatriarcado capitalista (AKOTIRENE, 2018, p. 40)

As relações em sala de aula são moldadas por conjunturas opressoras, onde há a reprodução de comportamentos discriminatórios, tornando a realidade em sala espelho da sociedade desigual, nesse contexto, faz-se imprescindível que o docente atue didaticamente para a desconstrução dessa realidade, aliando-se a interseccionalidade para uma abordagem analítica sensível, tanto na perspectiva de problematizações de questões latentes de modo consciente, quanto na escuta sensível/ acolhedora. Compreendendo-se as questões levantadas até o momento pensar uma situação didática questionadora das tecnologias de gênero e heterocisnormatividade sem articulá-las aos marcadores de raça, classe, território não dá conta de explicar os diversos atravessamentos.

A práxis em desenvolvimento foi planejada em duas partes, de quatro a cinco aulas em cada uma das partes, sujeito a mudanças e adaptações. A primeira parte já em processo de desenvolvimento, visa refletir sobre o corpo social ocidentalizado, atravessado por marcadores sociais, alvo de violências estruturais/físicas. Já a segunda parte propõe a expansão de perspectiva, rompimento com o lugar privilegiado que a visão ocupa no ocidente para compreensão de um mundo pluriversal, adentrando a cultura Iorubá Oyó.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concomitantemente, apresentou-se as principais vertentes teóricas do feminismo e estudo de gênero, indicando suas limitações, como também possíveis diálogos com as teorias decoloniais. Traçando-se a partir da primeira onda feminista ao determinismo biológico, fundacionismo biológico, introdução do conceito de gênero como categoria analítica, feminismo negro interseccional, gênero como performance, transfeminismo, elaborando de forma crítica as relações dessas vertentes afim de expandir para cosmo percepções não generificadas e o papel colonial de algumas dessas vertentes do feminismo atrelado a estrutura ocidental hegemônica. Articulando ainda o feminismo – decolonialidade a possíveis imbricações no ensino de Artes Visuais. Apontou-se alguns caminhos metodológicos emergenciais para a possibilidade de uma práxis feminista descolonizadora no ensino em Artes.

Relatou-se as considerações metodológicas da práxis ainda em processo, ancorada a perspectiva de um ensino feminista, decolonial. Buscando pensar o corpo social ocidentalizado, exposto a violências históricas, identificando estratégias de resistência e transformação da realidade através do Ensino em Artes Visuais. Tensionando a teoria feminista muitas vezes universalizadora do gênero e suas motivações com a perspectiva de uma educação decolonial.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AKOTIRENE, Carla. **O que é Interseccionalidade?** MG:Letramento: Justificando, Belo Horizonte, 2018
- ALMEIDA, Silvio, **Racismo estrutural**, São Paulo, Editora Jandaraí, 2020.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**, Paz e Terra, São Paulo, 2021.
- GONZALEZ, Lelia. **Por um Feminismo Afro Latino Americano**, Rio de Janeiro, Zahar, 2020.

HOOKS, bell. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade**, São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MIGNOLO, Walter. Desafios Decoloniais Hoje. **Epistemologias Do Sul**, Foz do Iguaçu/PR, 1(1), PP. 12-32, 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/DMB_DESKTOP-ADC75PB/Downloads/772-Texto%20do%20artigo-2646-1-10-20170508%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/DMB_DESKTOP-ADC75PB/Downloads/772-Texto%20do%20artigo-2646-1-10-20170508%20(1).pdf) Acesso em: 14 set. 2021.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**, Editora Jandaraí: São Paulo, 2021.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**, Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2022.

PISCITELLI, Adriana. **Recriando a (categoria) mulher?**. In ALGRANTI, Leila Mezan (org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Textos didáticos. Campinas, IFCH, 2001. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4468942/mod_resource/content/1/Re-criando%20a%20%28categoria%29%20mulher%20-%20Adriana%20Piscitelli.pdf

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: Notas sobre a “Economia Política” do Sexo**. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corp, 1993.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA. Tomaz Tadeu (org). *Alienígenas na sala de aula*. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

VERGUEIRO, V. **Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial**. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. *Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 249-270. ISBN: 978- 85-232-1866-9. <https://doi.org/10.7476/9788523218669.0014>